

Regimento da Assembléia

Artigo que permite mudar a Carta atual por maioria

CORREIO BRAZILIENSE Brasília, domingo, 22 de fevereiro de 1987 3

garante sua soberania

absoluta não agrada PFL e os moderados

Incluído à última hora pelo senador Fernando Henrique Cardoso na proposta do regimento interno, o mecanismo do projeto de decisão, pelo qual a Assembléia Constituinte pode modificar, por maioria absoluta de votos, dispositivos da Carta em vigor, promete ser dos mais polêmicos durante a aprovação da matéria. Os líderes do PFL, que dele não tiveram conhecimento prévio, já começaram a protestar ontem contra a sua aprovação, logo após a leitura do substitutivo, em plenário, pelo senador paulista.

Ao expor ontem, durante uma hora, o seu substitutivo ao projeto de regimento interno da Constituinte, o senador Fernando Henrique Cardoso passou ao largo de explicações sobre os artigos mais polêmicos contidos em sua proposta. Os 200 constituintes que estiveram em plenário ouviram do relator comentários genéricos sobre a composição final do texto do substitutivo e um pedido de urgência na discussão e votação da matéria.

Fernando Henrique evitou tocar no ponto que certamente causará as mais acirradas discussões em plenário nos próximos dias: a excessiva concentração de poder nas mãos dos 86 membros da Comissão de Sistematização — uma nova versão da Grande Comissão de notáveis já repudiada pelos parlamentos no início do mês.

Sobre a questão das lideranças partidárias, Fernando Henrique explicou que, apesar de contrário à constituição de líderes em bancadas com menos de 15 parlamentares, deixou explicitado um tempo mínimo de manifestação de líderes — três minutos — sendo que as bancadas maiores terão o tempo proporcional ao número de representantes na Constituinte.

Por ser contra a proposta de referendo popular à Constituição, Fernando Henrique deixou em aberto a questão do substitutivo. Acatou a proposta do Senador Mário Covas de permitir a tramitação de projetos de iniciativa popular com a assinatura de pelo menos 30 mil cidadãos e apoio de pelo menos três entidades da sociedade civil.

Sobre a divulgação, pelos meios de comunicação, dos trabalhos na Constituinte, Fernando Henrique considerou ineficaz a proposta, tema de diversas emendas, de utilização de espaço nos jornais — "poderia haver privilégio de uns em detrimento de outros" — mas considerou boa a proposta de utilização de espaços do Projeto Minerva e da Hora do Brasil. A Rádio-brás produzirá programas sobre a Constituinte e as emissoras particulares de TV terão que transmitir dois boletins diários da ANC.

O senador não teve apoio do plenário, que se manifestou friamente de sua exposição, mas garantiu que está disposto a aceitar quaisquer propostas novas, prometendo rever os assuntos sobre os quais ainda pesar qualquer dúvida ou polêmica.

Votação será após 7 sessões

O presidente do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães, saiu da reunião realizada ontem por 175 deputados e senadores da bancada peemedebista certo de que sete sessões "serão mais do que suficientes" para analisar e votar o substitutivo do Regimento Interno concluído pelo relator Fernando Henrique Cardoso. Os parlamentares utilizaram quase a metade do tempo do encontro, que durou quatro horas, para discutir a questão levantada pelo deputado paralbano Aluizio Campos, sobre as lideranças dentro da Constituinte.

O senador Fernando Henrique Cardoso, após atender às interpelações a cerca da questão da soberania, dizendo que a afirmação maior de que a Constituinte é soberana foi colocada no Capítulo I, Artigo 1 do substitutivo, que trata da inviolabilidade do constituinte, passou a tratar quase que exclusivamente dos questionamentos quanto às lideranças. "Eu recebi apenas de vários tipos. Dos pequenos partidos no sentido de que as lideranças fossem mantidas intactas; do PMDB no sentido de que não se desse a condição de líder senão aquele que representasse a bancada de pelo menos 15 parlamentares", lembrou o relator.

A opção de Fernando Henrique Cardoso "foi uma solução intermediária", deixando a cada partido a competência de designar seus líderes. "Mas não posso impor que um partido com três representantes queira indicar alguém para ser seu líder", ressaltou.

LUIZ MARQUES



Apesar do sábado, o plenário estava cheio para discutir o regimento

Centro e direita não querem a soberania

A tese da soberania absoluta da Constituinte, reivindicada pelos xiitas, pode ser aprovada e decidida amanhã na votação do Regimento Interno, que inclui, entre as proposições, o projeto de decisão, permitindo a mudança da Constituição atual por maioria absoluta de votos.

Esse dispositivo facilitou o acordo para que os xiitas do PMDB votassem contra a convocação do ministro da Fazenda, Dilson Funaro. Os xiitas do Grupo Pró-Soberania não conseguiram, porém, evitar o controle do projeto de decisão pela Comissão de Sistematização.

As informações reservadas são de que o primeiro projeto de decisão da Assembléia será a revogação das medidas de emergência e do estado de sítio, considerados restritivos ao funcionamento da Constituinte.

SURPRESA

Os líderes do PFL, senador Carlos Chiarelli (RS) e deputado José Lourenço (BA) foram surpreendidos com a criação do projeto de decisão, não incluído no substitutivo que lhes foi entregue na noite de sexta-feira como o projeto "quase definitivo". Ambos são contrários a essa proposta, considerada muito perigosa.

Chiarelli e Lourenço decidiram criar uma comissão especial para analisar o Regimento, presidida pelo senador Marcondes Gadelha (PB). "Vamos meter a lupa nisso" — observou Lourenço. Esse cuidado, porém não foi o suficiente para acalmar a irritação de grande parte da bancada do PFL com a proposta, julgada como extremamente favorável ao PMDB. Há inclusive, quem defenda a retirada da bancada do plenário.

Outro ponto que o PFL deseja colocar em debate é a manutenção do pinga-fogo (discursos rápidos de cinco minutos). O líder Chiarelli observou que nos últimos quatro dias nenhum discurso do pinga-fogo tratou de temas constitucionais. A maioria dos pronunciamentos foi sobre a crise econômica.

Vários deputados do PFL estão também pressionando a suas lideranças para que seja revista as atribuições da Comissão de Sistematização, que, na prática, substituiria a Grande Comissão defendida pelo Presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães (SP). As outras comissões se transformariam, pelo Regimento, em meras sessões.

CONTROLE

O § 7.º do artigo 58, tem a seguinte redação:

Esquerda acerta estratégia

Já sem o apoio do grupo Pró-Soberania do PMDB, que entrou em acordo com o Governo, as lideranças do PDT, PCB, PC do B e PT começaram a acertar ontem uma estratégia comum visando à derrubar pontos importantes do substitutivo de Fernando Henrique Cardoso ao projeto de regimento interno da Constituinte. Só o PT e o PDT, juntos, já têm 150 pedidos de destaque para emendas que não foram aceitas pelo relator.

A maior preocupação das esquerdas é revogar o § 7º do artigo 58 do projeto de Fernando Henrique, que prevê a apresentação de propostas de resolução constitucional com o apoio de 1/3 dos parlamentares. O dispositivo, embora permita à Assembléia alterar o atual texto constitucional, praticamente fecha esta possibilidade aos pequenos partidos ao exigir um quorum mínimo de 186

constituintes para iniciativas desta ordem.

LIMITAÇÃO

"Só tramitará o que a Aliança Democrática quiser", reagiu ontem o líder pedetista Brandão Monteiro, entre articulações no plenário contra a aprovação integral do substitutivo. A seu lado, o vice-líder petista José Genoíno lembrava que, além da exigência de 1/3 da Assembléia para iniciativas constitucionais, o projeto também estabelece que a proposta só irá a plenário com a aprovação da maioria absoluta da Comissão de Sistematização, "onde o PMDB será majoritário".

Além de baixar o quorum para a proposição de resoluções constitucionais, os partidos de esquerda estão se articulando também para aprovar destaques de emendas que "preveem a convocação de referendo popular para a nova Carta Magna e a eliminação de sessões secretas da Constituinte".

"Os projetos de decisões destinam-se a regular a matéria de relevância para a Assembléia Nacional Constituinte, necessitando ter o apoio de 1/3 dos Constituintes e serão submetidas a parecer prévio da Comissão de Sistematização que o fará no prazo de cinco dias, cabendo ao plenário, em dois turnos de discussão e votação, e por maioria absoluta, a decisão final, sendo arquivado, definitivamente, se receber parecer contrário".

Esse projeto de decisão permitirá, na prática, a revogação de qualquer dispositivo constitucional, desde que considerada "matéria de relevância" para a Constituinte. Os xiitas estão convencidos de que ganharam a questão porque foi aceito o princípio da soberania absoluta, mas os moderados do PMDB — os diretamente vinculados ao Governo — acham que venceram.

O encaminhamento a plenário dependerá da Comissão de Sistematização, onde o PMDB equilibrará as duas correntes — xiitas e moderados — mas espera que representantes de outros Partidos — PFL, PDS, PL, PDC, PTB — evitem qualquer emenda inconveniente. Os moderados do PMDB e esses parlamentares dos outros Partidos seriam ampla maioria na Comissão de Sistematização.

PMDB diverge quanto ao líder

A maioria dos senadores do PMDB prefere o senador Mário Covas (SP) como líder do partido na Constituinte, enquanto a maioria dos deputados quer no cargo o deputado Luiz Henrique (SC), líder da bancada. Essa polêmica, entretanto, só será resolvida no próximo mês, segundo afirmou ontem o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, pois o prazo para os partidos indicarem seus líderes na Constituinte é o dia 10 de março, conforme o regimento da Assembléia, elaborado por Fernando Henrique.

A discussão em torno da indicação do líder do partido na Constituinte foi a questão central da reunião da bancada dos senadores e deputados do PMDB ontem na sala Nereu Ramos, momentos antes da reunião plenária dos constituintes para examinar o regimento.